

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	20
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	24

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	64
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
<b>Total</b>	<b>36.947</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2014	Dividendo	23/06/2014	Ordinária		0,14532
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2014	Dividendo	23/06/2014	Preferencial		0,15985

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	1.080.493	1.082.590
1.01	Ativo Circulante	226.368	229.137
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	66.658	62.068
1.01.03	Contas a Receber	51.943	70.773
1.01.03.01	Clientes	11.559	18.969
1.01.03.01.01	Revendedores	10.031	17.477
1.01.03.01.02	Consumidores	1.528	1.492
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	40.384	51.804
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Energia Livre	4.144	2.040
1.01.03.02.02	Renda da Prestação de Serviços	654	2.738
1.01.03.02.03	Valores a Receber	2.168	25.223
1.01.03.02.04	Serviços - Canal Pinheiros	33.418	21.803
1.01.04	Estoques	2.154	2.073
1.01.07	Despesas Antecipadas	235	101
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	105.378	94.122
1.01.08.03	Outros	105.378	94.122
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	14.148	15.438
1.01.08.03.02	Outros Créditos	6.906	6.954
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	672	645
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	44.730	42.866
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	31.425	25.295
1.01.08.03.06	Adiantamento a Fornecedores	7.497	2.924
1.02	Ativo Não Circulante	854.125	853.453
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	789.069	789.224
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	789.069	789.224
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	8.779	8.536
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	428.663	432.236
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	55.411	52.236
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	296.216	296.216
1.02.02	Investimentos	40.098	28.649
1.02.03	Imobilizado	24.350	35.177
1.02.04	Intangível	608	403
1.02.04.01	Intangíveis	608	403

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	1.080.493	1.082.590
2.01	Passivo Circulante	106.093	91.118
2.01.02	Fornecedores	4.074	5.026
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.074	5.026
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.020	4.078
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.628	3.690
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	882	770
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	191	167
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. - empresa	1.584	1.930
2.01.03.01.05	Outros	971	823
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	302	298
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	302	298
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	90	90
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	90	90
2.01.05	Outras Obrigações	97.999	82.014
2.01.05.02	Outros	97.999	82.014
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	87	1.509
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	14.515	15.154
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	7.052	9.529
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	172	177
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	26.021	20.980
2.01.05.02.08	Depósitos Vinculados	34.788	19.803
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	15.364	14.862
2.02	Passivo Não Circulante	226.826	227.133
2.02.02	Outras Obrigações	36.222	45.813
2.02.02.02	Outros	36.222	45.813
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	82	126
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	19.169	28.716
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	128.943	128.524
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	128.943	128.524
2.02.04	Provisões	61.661	52.796
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	43.836	34.971
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.547	29.989
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	14.289	4.982
2.02.04.02	Outras Provisões	17.825	17.825
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	17.825	17.825
2.03	Patrimônio Líquido	747.574	764.339
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	300	4.570
2.03.04.01	Reserva Legal	300	300

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	4.270
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.604	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	79.337	87.228

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	33.491	70.213	48.260	95.949
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-38.547	-110.145	-65.941	-99.046
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (Nota 32)	-38.547	-110.145	-65.941	-99.046
3.03	Resultado Bruto	-5.056	-39.932	-17.681	-3.097
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-208	1.256	228	392
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	1.256	228	392
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-208	0	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-5.264	-38.676	-17.453	-2.705
3.06	Resultado Financeiro	12.536	37.136	29.141	31.728
3.06.01	Receitas Financeiras	14.347	47.385	27.154	37.409
3.06.01.01	Receitas Financeiras (Nota 33)	9.711	18.996	9.726	19.398
3.06.01.02	Variações Monetárias Ativas (Nota 33)	4.636	28.389	17.428	18.011
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.811	-10.249	1.987	-5.681
3.06.02.01	Despesas Financeiras (Nota 33)	-280	-602	-490	-1.023
3.06.02.02	Variações Monetárias Passivas (Nota 33)	-1.531	-9.647	2.477	-4.658
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.272	-1.540	11.688	29.023
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.279	-3.064	-972	-950
3.08.01	Corrente	-2.645	-2.645	-2.943	-2.943
3.08.02	Diferido	7.924	-419	1.971	1.993
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12.551	-4.604	10.716	28.073
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	12.551	-4.604	10.716	28.073
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,32042	-0,11753	0,27356	0,71666
3.99.01.02	PN	0,35246	-0,12928	0,30091	0,78832
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,32042	-0,11753	0,27356	0,71666
3.99.02.02	PN	0,35246	-0,12928	0,30091	0,78832

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	12.551	-4.604	10.716	28.073
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-668	-7.891	1.771	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.883	-12.495	12.487	28.073

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-14.955	-32.393
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-11.917	-19.334
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-4.604	28.073
6.01.01.02	Depreciação	10.626	10.018
6.01.01.03	Variações monetárias/juros	-26.109	-29.426
6.01.01.04	Ganho na alienação de bens e direitos	-1.230	0
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	419	-1.993
6.01.01.06	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	0	3.703
6.01.01.07	Provisão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	16.384	6.314
6.01.01.08	Reversão de prov. p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-7.519	-2.827
6.01.01.09	Constituição (Rev) de prov p/custos socioambientais	0	-32.833
6.01.01.10	Receita de equivalência patrimonial	116	-363
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-18.520	-13.729
6.01.02.01	Contas a receber de revendedores	7.446	-1.830
6.01.02.02	Contas a receber de consumidores	-36	983
6.01.02.03	Valores a receber - Energia livre	-2.104	0
6.01.02.04	Energia de curto prazo - CCEE	0	558
6.01.02.05	Serviços emergenciais - Canal Pinheiros	-11.615	0
6.01.02.06	Valores a receber - DAEE	24.849	0
6.01.02.07	Renda da prestação de serviços	2.084	8.840
6.01.02.08	Tributos e contribuições compensáveis	1.290	-253
6.01.02.09	Estoques	-81	32
6.01.02.10	Adiantamento a fornecedores	-4.573	-571
6.01.02.11	Despesas antecipadas	-134	-37
6.01.02.12	Ativo financeiro indenizável	-3.175	0
6.01.02.13	Outros créditos	48	-4.650
6.01.02.14	Cauções e depósitos vinculados	-6.373	-6.336
6.01.02.15	Fornecedores	-952	-148
6.01.02.16	Folha de pagamento	64	95
6.01.02.17	Obrigações estimadas - folha de pagamento	-703	2.056
6.01.02.18	Tributos e contribuições sociais	-102	-1.027
6.01.02.19	Entidade de previdência a empregados	-21.976	-11.335
6.01.02.20	Taxas regulamentares	-2.477	-106
6.01.03	Outros	15.482	670
6.01.03.01	Encargos de uso da rede elétrica	-5	-472
6.01.03.02	Compra de energia elétrica - CCEE	0	-1.419
6.01.03.03	Depósitos Vinculados	14.985	1.944
6.01.03.04	Outros passivos	502	1.640
6.01.03.05	Juros pagos	0	-1.023
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	25.237	72.421
6.02.01	Recebimento pela alienação de bens e direitos	1.273	223
6.02.02	Recebimento pela UTE Piratininga	35.533	38.703
6.02.03	Indenização Porto Góes	0	37.690
6.02.04	Aumento de capital em controlada	-11.565	0
6.02.05	Adições ao imobilizado	-13	-4.195

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
6.02.06	Baixa no ativo imobilizado	9	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.692	-10.697
6.03.01	Dividendos pagos	-5.692	0
6.03.02	Empréstimos e financiamentos	0	-10.697
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.590	29.331
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	62.068	42.416
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	66.658	71.747

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	4.570	0	87.228	764.339
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	4.570	0	87.228	764.339
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-4.270	0	0	-4.270
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-4.270	0	0	-4.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.604	-7.891	-12.495
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.604	0	-4.604
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.891	-7.891
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-7.891	-7.891
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	300	-4.604	79.337	747.574

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-56.371	1.605	617.775
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-56.371	1.605	617.775
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.073	0	28.073
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.073	0	28.073
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	-28.298	1.605	645.848

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
7.01	Receitas	84.460	144.157
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	81.697	110.803
7.01.02	Outras Receitas	1.372	32.862
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	3.379	4.195
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.988	-3.703
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-47.037	-63.096
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-47.037	-63.096
7.03	Valor Adicionado Bruto	37.423	81.061
7.04	Retenções	-10.626	-10.018
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.626	-10.018
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	26.797	71.043
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.461	21.754
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-116	363
7.06.02	Receitas Financeiras	18.996	19.398
7.06.03	Outros	-419	1.993
7.06.03.01	I.R. e C.S. diferidos	-419	1.993
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	45.258	92.797
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	45.258	92.797
7.08.01	Pessoal	39.444	45.404
7.08.01.01	Remuneração Direta	36.555	40.207
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.889	5.197
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.139	31.263
7.08.02.01	Federais	23.425	26.338
7.08.02.02	Estaduais	0	73
7.08.02.03	Municipais	4.714	4.852
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-17.721	-11.943
7.08.03.01	Juros	602	1.023
7.08.03.02	Aluguéis	419	387
7.08.03.03	Outras	-18.742	-13.353
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-18.742	-13.353
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-4.604	28.073
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-4.604	28.073

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	1.179.294	1.152.172
1.01	Ativo Circulante	271.889	266.015
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	80.689	80.708
1.01.03	Contas a Receber	51.943	70.773
1.01.03.01	Clientes	11.559	18.969
1.01.03.01.01	Revendedores	10.031	17.477
1.01.03.01.02	Consumidores	1.528	1.492
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	40.384	51.804
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Energia Livre	4.144	2.040
1.01.03.02.02	Renda da Prestação de Serviços	654	2.738
1.01.03.02.03	Valores a Receber	2.168	25.223
1.01.03.02.04	Serviços - Canal Pinheiros	33.418	21.803
1.01.04	Estoques	2.154	2.073
1.01.07	Despesas Antecipadas	235	101
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	136.868	112.360
1.01.08.03	Outros	136.868	112.360
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	14.294	15.507
1.01.08.03.02	Outros Créditos	6.906	6.722
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	672	645
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	44.730	42.866
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	31.425	25.295
1.01.08.03.06	Adiantamento a Fornecedores	38.841	21.325
1.02	Ativo Não Circulante	907.405	886.157
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	789.069	789.224
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	789.069	789.224
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	8.779	8.536
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	428.663	432.236
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	55.411	52.236
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	296.216	296.216
1.02.02	Investimentos	1.390	1.390
1.02.03	Imobilizado	116.338	95.140
1.02.04	Intangível	608	403
1.02.04.01	Intangíveis	608	403

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	1.179.294	1.152.172
2.01	Passivo Circulante	116.398	92.885
2.01.02	Fornecedores	9.660	6.631
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.660	6.631
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.387	4.240
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.823	3.837
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	16	61
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	882	770
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	191	167
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. - empresa	1.584	1.930
2.01.03.01.05	Outros	1.150	909
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	302	298
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	302	298
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	262	105
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	90	90
2.01.03.03.02	ISS	172	15
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.352	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.352	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.352	0
2.01.05	Outras Obrigações	97.999	82.014
2.01.05.02	Outros	97.999	82.014
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	87	1.509
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	14.515	15.154
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	7.052	9.529
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	172	177
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	26.021	20.980
2.01.05.02.08	Depósitos Vinculados	34.788	19.803
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	15.364	14.862
2.02	Passivo Não Circulante	315.322	294.948
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	88.496	67.815
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	88.496	67.815
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	88.496	67.815
2.02.02	Outras Obrigações	36.222	45.813
2.02.02.02	Outros	36.222	45.813
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	82	126
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	19.169	28.716
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	128.943	128.524
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	128.943	128.524
2.02.04	Provisões	61.661	52.796
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	43.836	34.971
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.547	29.989
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	14.289	4.982
2.02.04.02	Outras Provisões	17.825	17.825
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	17.825	17.825

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	747.574	764.339
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	300	4.570
2.03.04.01	Reserva Legal	300	300
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	4.270
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.604	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	79.337	87.228

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	33.491	70.213	48.260	95.949
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-38.563	-110.168	-65.959	-99.071
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (Nota 32)	-38.563	-110.168	-65.959	-99.071
3.03	Resultado Bruto	-5.072	-39.955	-17.699	-3.122
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	142	1.391	1	29
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	142	1.391	1	29
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.930	-38.564	-17.698	-3.093
3.06	Resultado Financeiro	12.203	37.136	29.494	32.285
3.06.01	Receitas Financeiras	14.014	47.385	27.508	37.967
3.06.01.01	Receitas Financeiras (Nota 33)	9.378	18.996	10.080	19.956
3.06.01.02	Variações Monetárias Ativas (Nota 33)	4.636	28.389	17.428	18.011
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.811	-10.249	1.986	-5.682
3.06.02.01	Despesas Financeiras (Nota 33)	-280	-602	-491	-1.024
3.06.02.02	Variações Monetárias Passivas (Nota 33)	-1.531	-9.647	2.477	-4.658
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.273	-1.428	11.796	29.192
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.278	-3.176	-1.080	-1.119
3.08.01	Corrente	-2.646	-2.757	-3.051	-3.112
3.08.02	Diferido	7.924	-419	1.971	1.993
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12.551	-4.604	10.716	28.073
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	12.551	-4.604	10.716	28.073
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	12.551	-4.604	10.716	28.073
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,32042	-0,11753	0,27356	0,71666
3.99.01.02	PN	0,35246	-0,12928	0,30091	0,78832
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,32042	-0,11753	0,27356	0,71666
3.99.02.02	PN	0,35246	-0,12928	0,30091	0,78832

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	12.551	-4.604	10.716	28.073
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-668	-7.891	1.771	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	11.883	-12.495	12.487	28.073
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.883	-12.495	12.487	28.073

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-19.104	-47.507
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-7.000	-18.971
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-4.604	28.073
6.01.01.02	Depreciação	10.626	10.018
6.01.01.03	Variações monetárias/juros	-21.076	-29.426
6.01.01.04	Ganho na alienação de bens e direitos	-1.230	0
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	419	-1.993
6.01.01.06	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	0	3.703
6.01.01.07	Provisão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	16.384	6.314
6.01.01.08	Reversão de prov. p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-7.519	-2.827
6.01.01.09	Constituição (Rev) de prov p/custos socioambientais	0	-32.833
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.586	-29.205
6.01.02.01	Contas a receber de revendedores	7.446	-1.830
6.01.02.02	Contas a receber de consumidores	-36	983
6.01.02.03	Valores a receber - Energia livre	-2.104	0
6.01.02.04	Energia de curto prazo - CCEE	0	558
6.01.02.05	Serviços emergenciais - Canal Pinheiros	-11.615	0
6.01.02.06	Valores a receber - DAEE	24.849	0
6.01.02.07	Renda da prestação de serviços	2.084	8.840
6.01.02.08	Tributos e contribuições compensáveis	1.213	-243
6.01.02.09	Estoques	-81	32
6.01.02.10	Adiantamento a fornecedores	-17.516	-13.869
6.01.02.11	Despesas antecipadas	-134	-37
6.01.02.12	Ativo financeiro indenizável	-3.175	0
6.01.02.13	Outros créditos	-184	-4.650
6.01.02.14	Cauções e depósitos vinculados	-6.373	-6.336
6.01.02.15	Fornecedores	3.029	-2.767
6.01.02.16	Folha de pagamento	64	95
6.01.02.17	Obrigações estimadas - folha de pagamento	-703	2.056
6.01.02.18	Tributos e contribuições sociais	103	-596
6.01.02.19	Entidade de previdência a empregados	-21.976	-11.335
6.01.02.20	Taxas regulamentares	-2.477	-106
6.01.03	Outros	15.482	669
6.01.03.01	Encargos de uso da rede elétrica	-5	-472
6.01.03.02	Compra de energia elétrica - CCEE	0	-1.419
6.01.03.03	Depósitos Vinculados	14.985	1.944
6.01.03.04	Outros passivos	502	1.640
6.01.03.05	Juros pagos	0	-1.024
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	4.777	59.670
6.02.01	Recebimento pela alienação de bens e direitos	1.273	223
6.02.02	Adições ao imobilizado	-32.038	-16.946
6.02.03	Recebimento pela UTE Piratininga	35.533	38.703
6.02.04	Indenização Porto Góes	0	37.690
6.02.05	Baixa no ativo imobilizado	9	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	14.308	16.119

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
6.03.01	Dividendos pagos	-5.692	0
6.03.02	Empréstimos e financiamentos	20.000	16.119
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19	28.282
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	80.708	56.502
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	80.689	84.784

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	4.570	0	87.228	764.339	0	764.339
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	4.570	0	87.228	764.339	0	764.339
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-4.270	0	0	-4.270	0	-4.270
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-4.270	0	0	-4.270	0	-4.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.604	-7.891	-12.495	0	-12.495
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.604	0	-4.604	0	-4.604
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.891	-7.891	0	-7.891
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-7.891	-7.891	0	-7.891
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	300	-4.604	79.337	747.574	0	747.574

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-56.371	1.605	617.775	0	617.775
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-56.371	1.605	617.775	0	617.775
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.073	0	28.073	0	28.073
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.073	0	28.073	0	28.073
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	-28.298	1.605	645.848	0	645.848

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
7.01	Receitas	84.479	144.157
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	81.697	110.803
7.01.02	Outras Receitas	1.391	32.862
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	3.379	4.195
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.988	-3.703
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-47.060	-63.121
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-47.060	-63.121
7.03	Valor Adicionado Bruto	37.419	81.036
7.04	Retenções	-10.626	-10.018
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.626	-10.018
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	26.793	71.018
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.577	21.949
7.06.02	Receitas Financeiras	18.996	19.956
7.06.03	Outros	-419	1.993
7.06.03.01	I.R. e C.S. diferidos	-419	1.993
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	45.370	92.967
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	45.370	92.967
7.08.01	Pessoal	39.444	45.404
7.08.01.01	Remuneração Direta	36.555	40.207
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.889	5.197
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.251	31.432
7.08.02.01	Federais	23.537	26.507
7.08.02.02	Estaduais	0	73
7.08.02.03	Municipais	4.714	4.852
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-17.721	-11.942
7.08.03.01	Juros	602	1.024
7.08.03.02	Aluguéis	419	387
7.08.03.03	Outras	-18.742	-13.353
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-18.742	-13.353
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-4.604	28.073
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-4.604	28.073

## Comentário do Desempenho

### ANÁLISE DO RESULTADO DO TRIMESTRE

A Companhia teve lucro líquido de R\$ 12.551 no 2º trimestre de 2014, apresentando um acréscimo de 17,12% em relação ao mesmo período de 2013 (Nota 30.3)

Em que pese a redução nas receitas operacionais, principalmente devido ao fim do suprimento a comercializadores de energia ocorrido em 2013 (Nota 31.2), o resultado operacional melhorou em face da redução de 41,75% nos custos operacionais de 2014 em relação ao mesmo trimestre de 2013, obtida principalmente nos itens energia elétrica comprada para revenda e gastos com pessoal (Nota 32.2)

O Resultado financeiro de R\$ 12.203, em 2014, decorre principalmente de receita de atualização do contrato de arrendamento da UTE Piratininga, apresentando redução de 58,63% em comparação ao mesmo trimestre obtido no exercício anterior em consequência da variação da alíquota do IGPM (Nota 33.1).

O lucro líquido no segundo trimestre permitiu reverter parcialmente o prejuízo de R\$ 17,1 milhões registrado no primeiro trimestre deste ano. No acumulado, o resultado ficou negativo em R\$ 4,6 milhões, redução de 73,16% em relação ao trimestre anterior.

## Notas Explicativas

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – “EMAE”, ou “Companhia”, é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME. A EMAE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no Alto Tietê e associadas a UHE Henry Borden, localizada no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica. Nesse sentido, vem desenvolvendo estudos visando a implantação de pequenas centrais hidrelétricas, o aproveitamento de resíduos urbanos e industriais para fins de geração de energia, além de outras oportunidades de negócios no segmento de geração e eficiência energética.

A EMAE está autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de empresas públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Em 22/12/2010, a Companhia constituiu uma Sociedade de Propósito Específico, na forma de subsidiária integral, denominada Pirapora Energia S.A. A Resolução ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu da EMAE para a Pirapora Energia a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada, cujas obras estão em andamento, com previsão de entrar em operação no último trimestre de 2014.

A EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória – MP 579, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, que afetou todas as empresas com prazo final de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao sistema interligado nacional-SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada a Receita Anual de Geração-RAG e submetida aos padrões de qualidade do serviço estabelecidos pela ANEEL.

## Notas Explicativas

A RAG da EMAE foi estabelecida por meio da Resolução Homologatória 1.572/2013, conforme os valores demonstrados abaixo:

USINA HIDRELÉTRICA	RAG EM R\$
Henry Borden	94.086
Porto Góes	4.105
Rasgão	2.915

Os valores das cotas alocados para a EMAE representam a Receita Anual de Geração, que são mensalmente contabilizados e recebidos em 1/12 avos. A Receita Anual de Geração foi calculada pela ANEEL através de fórmula definida no contrato de concessão, é reajustada anualmente e a cada 5 (cinco) anos é realizado o processo de revisão tarifária.

O Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, com eficácia a partir de 01/01/2013 e prazo de vigência de 30 (trinta) anos, introduziu a Receita Anual de Geração – RAG, cujo valor corresponde a remuneração pela disponibilização de potência e garantia física de energia, em regime de cotas, para cada uma das usinas hidroelétricas.

Conforme a Subcláusula Primeira da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, a RAG é composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição.

Também de acordo com a Subcláusula Décima Segunda da mesma, os custos relativos à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH, serão cobrados pela ANEEL e serão ressarcidos pelas Distribuidoras na proporção das cotas.

Além disso, o novo modelo estipula, também, que: os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE passam a ser assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência; a remuneração dos investimentos será disciplinada pela ANEEL, de forma a ser considerada nas tarifas; e encargos e tributos, pagos pela Companhia, como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, PIS e COFINS passam a ser ressarcidas por meio da RAG e deixa de existir o recolhimento a título da reserva global de reversão.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

### 2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, para o caso do Consolidado, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e o resultado da Controladora em suas informações financeiras individuais. Assim sendo, as informações financeiras consolidadas da

## Notas Explicativas

Companhia e sua controlada e as informações financeiras da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de informações financeiras.

A autorização para a emissão das informações trimestrais ocorreu na reunião da diretoria realizada em 13/08/2014.

### 2.2 Base de elaboração

As informações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

### 2.3 Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis são adotadas de forma uniforme aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

### 2.4 Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Companhia e de sua controlada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As informações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada.

### 2.5 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas, a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o Diretor-Presidente, sendo que a Companhia tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em base consolidadas.

## Notas Explicativas

### 2.6 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais são consistentes com aquelas apresentadas na nota explicativa nº 3 às informações financeiras anuais completas de 31 de dezembro de 2013, disponíveis no site da Companhia, exceto pela retificação de erro descrita na nota 3 a seguir.

### 3. Reclassificações às demonstrações financeiras por retificação de erro

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, originalmente emitidas em 20 de março de 2014, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o IAS 8/ CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, por não apresentar os valores decorrentes dos ativos reversíveis da concessão e o ativo financeiro da concessão em conformidade com a renovação do contrato de concessão em 2012, estando essas demonstrações financeiras citadas anteriormente em não conformidade com as IFRS e as práticas adotadas no Brasil. Conseqüentemente, em 30 de junho de 2014, a Companhia reavaliou suas políticas e passou a adotar o ICPC 01/ IFRIC 12 – Contratos de concessão, e com base no Decreto nº 7.850 de 30 de novembro de 2012, a Companhia reclassificou uma parcela do seu ativo imobilizado para o ativo reversível da concessão e outra parcela do ativo imobilizado para o ativo financeiro da concessão. Conseqüentemente as informações financeiras de períodos anteriores apresentadas para fins de comparação foram corrigidas.

Abaixo, demonstramos a reconciliação do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013 originalmente apresentado, comparado ao balanço patrimonial ora apresentado:

	<b>Controladora</b>		
	<b>Publicado</b>	<b>Reclassificações</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>229.137</b>	-	<b>229.137</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>853.453</b>	-	<b>853.453</b>
Ativo financeiro da concessão	-	52.236	52.236
Ativo reversível da concessão	-	296.216	296.216
Imobilizado	383.629	348.452	35.177
Outros ativos não circulantes	469.824	-	469.824
<b>Total ativo</b>	<b>1.082.590</b>	-	<b>1.082.590</b>
	<b>Consolidado</b>		
	<b>Publicado</b>	<b>Reclassificações</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>266.015</b>	-	<b>266.015</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>886.157</b>	-	<b>886.157</b>
Ativo financeiro da concessão	-	52.236	52.236
Ativo reversível da concessão	-	296.216	296.216
Imobilizado	443.592	348.452	95.140
Outros ativos não circulantes	442.565	-	442.565
<b>Total ativo</b>	<b>1.152.172</b>	-	<b>1.152.172</b>

## Notas Explicativas

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.14	31.12.13	30.06.14	31.12.13
Caixa e bancos conta movimento.....	3.687	93	3.687	93
Aplicações financeiras (a).....	62.971	61.975	77.002	80.615
	<u>66.658</u>	<u>62.068</u>	<u>80.689</u>	<u>80.708</u>

(a) A Empresa aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou em 2014 0,8607% e em 2013 0,6156 % ao mês.

### 5. REVENDADORES E CONSUMIDORES

	Controladora e Consolidado	
	30.06.14	31.12.13
a) Suprimento de Energia		
Leilão de energia e agentes comercializadores.....	10.031	17.477
b) Fornecimento		
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	1.528	1.492

### 6. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE

O Acordo Geral do Setor Elétrico Brasileiro foi instituído por ocasião do período de racionamento (2001/2002), implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, principalmente a região Sudeste, onde se encontra a EMAE, nas quais o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

Em 26 de agosto de 2010, o Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.517, que fixou os montantes finais de repasse de energia livre, atualizados até 30 de julho de 2010, a serem repassados entre distribuidoras e geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de RTE contabilizado e ainda não recebido no valor de R\$ 4.144 (Nota 14) (R\$ 2.040 em 31 de dezembro de 2013).

### 7. VALORES A RECEBER

Saldo a receber do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, conforme Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Dívida celebrado em 9 de novembro de 2004, para recebimento em 120 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo e juros de 6% ao ano.

	Controladora e Consolidado	
	30.06.14	31.12.13
<b>Circulante</b>		
Contrato.....	2.168	25.223

## Notas Explicativas

### 8. SERVIÇOS CANAL PINHEIROS

Refere-se a gastos com serviços de Adequação da Calha do Canal do Rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional. Esses gastos são ativados em conta específica do balanço patrimonial e anualmente a Companhia presta contas desses valores para o Governo do Estado de São Paulo. O reembolso por parte do Estado é realizado mensalmente e a Companhia registra esses valores como obrigações no grupo de Depósitos Vinculados. Quando ocorre a prestação de contas e a aprovação dos gastos, a Companhia realiza a compensação dos ativos e passivos. Em 30 de junho de 2014, o saldo a receber é de R\$ 33.418 (R\$ 21.803 em 31 de dezembro de 2013).

### 9. ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS (VALORES A RECEBER)

	Controladora e Consolidado	
	30.06.14	31.12.13
<b>Circulante</b>		
Contrato (1) .....	72	279
Contrato (2) .....	94	366
Contrato (3) .....	506	-
	<u>672</u>	<u>645</u>

(1) Refere-se a alienação do imóvel de 280,00 m<sup>2</sup>, localizado na Rua Coliseu, s/n, no Bairro Itaim Bibi, São Paulo, Capital;

(2) Refere-se a alienação do imóvel de 6.894,00 m<sup>2</sup>, localizado na Estrada Caminho do Mar, km 34, no Bairro Alto da Serra, Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

(3) Refere-se a alienação do imóvel de 3.117,25 m<sup>2</sup>, localizado na Estrada Maricá Marques, esquina com a Rua Gino Morelli, Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

### 10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Refere-se a pagamentos antecipados a fornecedores, pela aquisição de equipamentos que serão utilizados no parque gerador da EMAE, e de sua controlada.

### 11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.14	31.12.13	30.06.14	31.12.13
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (a).....	1.513	1.572	1.659	1.641
Imposto de renda a compensar (b).....	6.220	7.657	6.220	7.657
Contribuição social a compensar (b).....	3.384	3.384	3.384	3.384
COFINS/PIS/CSLL/IR - Lei nº 10.833/03 (c).....	2.312	2.120	2.312	2.120
Imposto sobre serviços a compensar (d).....	400	400	400	400
INSS a compensar (d).....	153	160	153	160
Outros.....	166	145	166	145
	<u>14.148</u>	<u>15.438</u>	<u>14.294</u>	<u>15.507</u>

(a) Refere-se a créditos de imposto de renda decorrentes de retenção na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras;

(b) Refere-se a créditos de imposto de renda e contribuição social, a serem compensados com recolhimentos de tributos e contribuições sociais com a Receita Federal do Brasil;

## Notas Explicativas

- (c) Refere-se a créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vincendos no próximo exercício;
- (d) Refere-se a créditos provenientes de retenções de imposto sobre serviços e INSS por parte de tomadores de serviços.

### 12. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a consequente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termoelétrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. – BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. – BSE, sua subsidiária integral.

A Administração da EMAE, em face da Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o CPC 06, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing), classificou a operação como arrendamento mercantil financeiro.

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Informações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008, as transações e outros eventos são contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância econômica e não meramente com a sua forma legal. Adicionalmente, conforme o CPC 06 para o registro contábil de uma operação de arrendamento mercantil financeiro deve prevalecer a essência econômica sobre a forma jurídica, assim, para o arrendador a operação deve ser registrada como uma venda financiada, baixando-se o valor residual contábil do bem, registrando em uma conta de arrendamento a receber o valor justo do ativo ou o valor presente dos recebimentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida de um ganho/perda na alienação e reconhecendo uma receita financeira ao longo do período de arrendamento.

O arrendatário deve registrar o ativo a ser explorado ao seu valor justo ou ao valor presente dos pagamentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida do passivo e reconhecendo uma despesa de depreciação pela utilização do bem e despesa financeira ao longo do período de arrendamento.

A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

**Notas Explicativas**

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 30.06.14
	Saldo 31.12.13	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
<b>ATIVO</b>					
Circulante.....	42.866	23.351	14.046	(35.533)	44.730
Não Circulante.....	432.236	(23.351)	19.778	-	428.663
	<b>475.102</b>	<b>-</b>	<b>33.824</b>	<b>(35.533)</b>	<b>473.393</b>

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	30.06.14	31.12.13
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada.....	(172.474)	(186.520)
Variação monetária.....	257.009	237.231
Recebimentos.....	(376.142)	(340.609)
	<b>473.393</b>	<b>475.102</b>

Valor presente das parcelas a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

Circulante	
De 2014.....	44.730
Não circulante	
De 2015 até 2019.....	182.648
De 2020 até 2024.....	246.015
	<u>428.663</u>
Total	<u><b>473.393</b></u>

**13. OUTROS CRÉDITOS**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.14	31.12.13	30.06.14	31.12.13
<b>Circulante</b>				
Serviços em curso (1).....	4.240	4.411	4.240	4.411
Outros créditos (2).....	2.666	2.543	2.666	2.311
	<u>6.906</u>	<u>6.954</u>	<u>6.906</u>	<u>6.722</u>

1 - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;

2 - Referem-se a créditos a receber decorrentes de aluguéis, adiantamentos a empregados e outros devedores.

## Notas Explicativas

### 14. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos, a EMAE constituiu provisão de R\$ 15.359 em 30 de junho de 2014 (R\$ 13.371 em 31 de dezembro de 2013).

	<b>Controladora e Consolidado</b>		
	<b>30.06.14</b>	<b>Provisão</b>	<b>31.12.13</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	<u>(15.359)</u>	<u>(1.988)</u>	<u>(13.371)</u>

#### AGING LIST - RECEBÍVEIS

<b>RUBRICA</b>	<b>30 DIAS</b>	<b>60 DIAS</b>	<b>90 DIAS</b>	<b>180 DIAS</b>	<b>+ 180 DIAS</b>	<b>TOTAL</b>
Aluguéis (a).....	-	-	-	-	771	771
Clientes (b).....	-	-	-	-	433	433
Empregados cedidos (c).....	-	282	215	1.253	7.285	9.035
Multa contratual (d).....	-	-	-	-	976	976
RTE (e).....	-	-	-	-	4.144	4.144
<b>TOTAL</b> .....	<b>-</b>	<b>282</b>	<b>215</b>	<b>1.253</b>	<b>13.609</b>	<b>15.359</b>

- (a) Aluguel de imóvel a terceiros;
- (b) Recuperação judicial da Distribuidora CELPA (pago 11 das 60 parcelas, referente a liquidação das faturas do CCEAR de janeiro e fevereiro de 2012);
- (c) Empregados cedidos, passíveis de reembolso (em negociação);
- (d) Multas aplicadas a fornecedores por descumprimento de cláusulas contratuais (cobrança judicial);
- (e) Valores determinados pela ANEEL da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, a serem ressarcidos por distribuidoras para cobrir gastos ocorridos durante o apagão de 2001 com energia térmica (pagamento “sub-judice”).

### 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

#### 15.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Imposto de Renda</b>		<b>Imposto de Renda</b>		<b>Contribuição Social</b>		<b>Contribuição Social</b>	
	<b>30.06.14</b>	<b>30.06.13</b>	<b>30.06.14</b>	<b>30.06.13</b>	<b>30.06.14</b>	<b>30.06.13</b>	<b>30.06.14</b>	<b>30.06.13</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições.....</b>	(1.540)	29.023	(1.428)	29.192	(1.540)	29.023	(1.428)	29.192
Aliquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	385	(7.256)	357	(7.298)	139	(2.612)	129	(2.627)
<b>a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes</b>								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(2.468)	(1.535)	(2.468)	(1.535)	(889)	(553)	(889)	(553)
Outros.....	2.795	(5)	2.795	(95)	41	(272)	41	(304)
<b>b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão</b>								
Provisões diversas.....	(2.212)	7.093	(2.212)	7.093	(796)	2.553	(796)	2.553
Outros (PAT, incentivos).....	(629)	602	(682)	598	-	226	-	225
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.....	-	535	-	550	570	274	549	274
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....</b>	<b>(2.129)</b>	<b>(566)</b>	<b>(2.210)</b>	<b>(687)</b>	<b>(935)</b>	<b>(384)</b>	<b>(966)</b>	<b>(432)</b>
Corrente.....	(1.821)	(2.031)	(1.902)	(2.152)	(824)	(912)	(855)	(960)
Diferido.....	(308)	1.465	(308)	1.465	(111)	528	(111)	528
Alíquota efetiva.....	138%	2%	155%	2%	61%	1%	68%	1%

## Notas Explicativas

### 15.2 Composição dos saldos – Parte B do LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real:

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	30.06.14	31.12.13	30.06.14	31.12.13
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2013 (a).....	57.682	57.682	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2013 e 2014 (b)....	63.996	64.446	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2014 (c).....	2.212	-	-	-
Obrigações fiscais diferidas (d).....	-	-	94.811	94.503
<b>Contribuição Social</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2013 (a).....	20.766	20.766	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2013 e 2014 (b)....	17.793	18.032	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2014 (c).....	796	-	-	-
Obrigações fiscais diferidas (d).....	-	-	34.132	34.021
	163.245	160.926	128.943	128.524
Provisão para créditos tributários (e).....	(163.245)	(160.926)	-	-
	-	-	128.943	128.524

- (a) Referem-se ao registro, até o exercício de 2013, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis sobre a base negativa da contribuição social;
- (b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2013 e 2014;
- (c) Referem-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis;
- (d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 12);
- (e) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a e c).

### 16. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora e Consolidado	
	30.06.14	31.12.13
<b>Circulante</b>		
Depósitos vinculados (a).....	31.425	25.295
<b>Não circulante</b>		
Depósitos judiciais (b).....	8.779	8.536
	40.204	33.831

- a) Refere-se a diversos depósitos remunerados, sendo R\$ 3.333 (R\$ 7.619 em 31 de dezembro de 2013) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 28.092 (R\$ 17.676 em 31 de dezembro de 2013) de outros depósitos vinculados;

## Notas Explicativas

- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas à esses depósitos judiciais;

### 17. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/06/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
		<b>(Reapresentado)</b>
Ativo financeiro indenizável	55.411	52.236
	<b>55.411</b>	<b>52.236</b>

São classificados nesta conta os investimentos em infraestrutura de geração após 31 de dezembro de 2012 data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme definido na legislação abaixo citada os mesmos deverão ser recuperados a partir da próxima revisão tarifária no estabelecimento de uma nova RAG.

Os serviços públicos de geração de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelo contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União. Esse contrato de concessão estabelece os serviços que o operador deve prestar, para quem, e a que preço os serviços devem ser prestados.

A Companhia realizou o cálculo para determinar a nova estimativa de valor dos investimentos para avaliação e incorporação desses ativos no processo de revisão tarifária subsequente, conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 – ANEEL.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração de energia elétrica, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. A ICPC 01 (R1) indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada de investimentos realizados após a renovação da concessão em 2012 classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 – ANEEL.

As infraestruturas construídas após a renovação da concessão que estavam classificadas como ativos imobilizados serão recuperadas por meio da Receita Anual de Geração - RAG. A RAG é definida pelo poder concedente e homologada pela ANEEL e será reajustada anualmente, no dia 1º de julho de cada ano, a partir de 2014, exceto para os anos em que ocorra a revisão tarifária, conforme fórmula descrita na nota explicativa nº 1 – Contexto Operacional.

A cada 5 (cinco) anos a ANEEL procederá à revisão da RAG e do Fator X, que não incluirá os índices de indisponibilidade, a fim de reavaliar os custos eficientes para a prestação do serviço concedido, estimular ganhos de produtividade e considerar investimentos prudentes, conforme regulamentação, sendo que a primeira revisão tarifária será procedida em 1º de julho de 2018 e considerará as informações apresentadas pela Companhia nos termos do art. 15 § 6º, da lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013. As revisões subsequentes serão realizadas a cada 5 (cinco) anos após a primeira revisão e para os reajustes anuais que antecederam à primeira revisão, o valor do Fator X, será zero.

## Notas Explicativas

A Administração da Companhia informa que os investimentos feitos após a renovação contratual foram de caráter prudencial porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL.

Desde 3 de julho de 2014, está aberta para contribuições a Audiência Pública 031/2014 da ANEEL, essa fase de comentários termina em 31 de agosto de 2014. O objeto da Audiência Pública 031/2014 é obter subsídios para o aprimoramento da proposta de Regulamentação do § 6º do art. 1º da Lei 12.783/2013 que trata da realização de investimentos que serão considerados nas tarifas, com vistas a manter a qualidade e continuidade da prestação do serviço pelas usinas hidrelétricas.

A seguir, demonstramos a movimentação do ativo financeiro indenizável em 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2014:

	<b>Controladora e consolidado</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-
Transferência do ativo imobilizado (Nota 19)	52.236
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013 (reclassificado)</b>	<b>52.236</b>
Adições	3.365
Baixas	(191)
<b>Saldo em 30 de junho de 2014</b>	<b>55.411</b>

### 18. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

#### ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/06/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
		<b>(Reapresentado)</b>
Ativo reversível da concessão	296.216	296.216
	<b>296.216</b>	<b>296.216</b>

Esse ativo refere-se aos ativos reversíveis, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem indenizados pelo poder concedente, após fiscalização e definição dos valores com base na VNR pela ANEEL, nos termos do com o art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013:

*“Art. 2º - Deverão ser submetidas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL até 31 de dezembro de 2013, na forma definida pela Agência, as informações complementares, excetuando o projeto básico do empreendimento previsto no art, 10 do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, necessárias para o cálculo da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou não depreciados, dos empreendimentos de geração.*

*§ 1º A ANEEL fiscalizará os valores de que trata este artigo, com vistas, a critério do poder concedente, à indenização ou ao seu reconhecimento na base tarifária, neste caso incorporados quando dos processos tarifários”.*

Com base nesse Decreto, a Administração da Companhia emitiu um Ofício à ANEEL em 26 de dezembro de 2013, manifestando o interesse em receber a devida indenização relativa a investimentos vinculados a bens reversíveis realizados nas Usinas da Companhia até 31 de dezembro de 2012 visando seu ressarcimento nos termos do artigo citado acima.

Essa manifestação foi feita em conformidade com o art. 4º da Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013, conforme descrito abaixo:

## Notas Explicativas

“Art. 4º As concessionárias alcançadas por esta resolução deverão, até 31 de dezembro de 2013, manifestar interesse no recebimento do valor complementar relativo à parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, e não indenizados.

§ 1º A concessionária que manifestar interesse, nos termos do caput, deverá, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do protocolo da manifestação, comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis de que trata o art. 3º desta resolução.”

A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL em 4 de junho de 2014 a relação de investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados na ordem de R\$ 296.216 a valor líquido contábil. Os bens reversíveis conforme acima apurados pela administração são conforme segue:

	<b>31/12/2013</b>
Complexo UHE Henry Borden	202.998
Usina Porto Góes	7.065
Usina Rasgão	6.255
Usina Edgar de Souza	77.844
Usina Isabel	2.054
	<u>296.216</u>

A Administração da Companhia informa que até 30.06.2014 não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados tampouco não há indicações de perdas de realização. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia.

### 19. IMOBILIZADO

É composto como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/06/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Imobilizado em serviço (i)	166.834	180.082	166.834	180.082
Redução ao valor recuperável – CPC 01	(142.484)	(144.905)	(142.484)	(144.905)
	<u>24.350</u>	<u>35.177</u>	<u>24.350</u>	<u>35.177</u>
Imobilizado em curso – PIRAPORA (ii)	-	-	91.988	59.963
	<u>24.350</u>	<u>35.177</u>	<u>116.338</u>	<u>95.140</u>

(i) Refere-se ao saldo remanescente dos ativos da Companhia não depreciados e que não serão indenizados pelo poder concedente. Esses ativos vem sendo depreciados pela taxa de depreciação definida pela ANEEL. Para suportar a realização desses ativos, a Administração da Companhia realizou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 um estudo de imparidade, conforme descrito no item 18.2. Para o trimestre findo em 30 de junho de 2014, a Administração da Companhia não identificou indicativos de imparidade que necessite a reavaliação do estudo de 31 de dezembro de 2013.

## Notas Explicativas

(ii) Referem-se aos investimentos realizados na subsidiária integral Pirapora, cujo início das operações está previsto para o último trimestre de 2014.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2014 está representada por:

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.12	Ativo reversível da concessão	Saldo em 31.12.12 reapresentado	Adições	Baixas	Depreciação do período	Transferência para Ativo financeiro da concessão	Saldo em 31.12.13 reapresentado
Em serviço									
Terrenos.....		6.715	-	6.715	-	-	-	-	6.715
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	1,0%	309.331	(166.877)	142.454	1	(3)	(13.354)	-	129.098
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	0,8%	29.876	(12.056)	17.820	-	-	(1.230)	-	16.590
Máquinas e Equipamentos.....	1,2%	153.501	(117.284)	36.217	22	(3)	(10.688)	-	25.548
Veículos.....	4,1%	2.628	-	2.628	123	-	(691)	-	2.060
Móveis e Utensílios.....	0,3%	94	-	94	-	(4)	(19)	-	71
<b>Subtotal.....</b>		<b>502.145</b>	<b>(296.217)</b>	<b>205.928</b>	<b>146</b>	<b>(10)</b>	<b>(25.982)</b>	<b>-</b>	<b>180.082</b>
Em curso.....		42.711	-	42.711	9.865	(340)	-	(52.236)	-
Redução ao Valor recup. De ativos - CPC 01..		(193.125)	-	(193.125)	-	41.903	6.317	-	(144.905)
<b>Total Controladora.....</b>		<b>351.731</b>	<b>(296.217)</b>	<b>55.514</b>	<b>10.011</b>	<b>41.553</b>	<b>(19.665)</b>	<b>(52.236)</b>	<b>35.177</b>
Em curso.....		16.246	-	16.246	43.717	-	-	-	59.963
<b>Total Consolidado.....</b>		<b>367.977</b>	<b>(296.217)</b>	<b>71.760</b>	<b>53.728</b>	<b>41.553</b>	<b>(19.665)</b>	<b>(52.236)</b>	<b>95.140</b>

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.13 (reapresentado)	Adições	Baixas	Depreciação do período	Saldo em 30.06.14
Em serviço						
Terrenos.....		6.715	-	-	-	6.715
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	10%	129.098	-	(3)	(6.672)	122.423
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	0,8%	16.590	-	-	(596)	15.994
Máquinas e Equipamentos.....	1,2%	25.548	2	(303)	(5.327)	19.920
Veículos.....	4,1%	2.060	-	-	(349)	1.711
Móveis e Utensílios.....	0,3%	71	11	(4)	(7)	71
<b>Subtotal.....</b>		<b>180.082</b>	<b>13</b>	<b>(310)</b>	<b>(12.951)</b>	<b>166.834</b>
Redução ao Valor recup. De ativos - CPC 01.....		(144.905)	-	-	2.421	(142.484)
<b>Total Controladora.....</b>		<b>35.177</b>	<b>13</b>	<b>(310)</b>	<b>(10.530)</b>	<b>24.350</b>
Imobilizado em curso - PIRAPORA.....		59.963	32.025	-	-	91.988
<b>Total Consolidado.....</b>		<b>95.140</b>	<b>32.038</b>	<b>(310)</b>	<b>(10.530)</b>	<b>116.338</b>

Depreciação no resultado:

	30.06.14	30.06.13
Imobilizado.....	10.530	9.920
Intangível.....	96	98
	<b>10.626</b>	<b>10.018</b>

Conforme Resolução Normativa nº 367, de 02 de junho de 2009, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 7,1% para os bens vinculados à geração e 2,0% a 5,9% para os bens de transmissão, 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos.

### 19.1 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração de energia elétrica da EMAE remontam à primeira metade do século passado, tendo sido originariamente concedidas a então São Paulo Tramway Light and Power, posteriormente transformada na Light Serviços de Eletricidade S.A. Em 1981, quando da constituição da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., os bens pertencentes ao subsistema São Paulo da Light passaram por processo de renovação de concessão, concluído em 1982.

Tais direitos foram transferidos à EMAE por ocasião da cisão da Eletropaulo, em 1º de janeiro de 1998, tendo sido formalizados em 2004 mediante Contrato de Concessão

## Notas Explicativas

assinado em 11 de novembro de 2004 e aditado em 21 de maio de 2008 para contemplar a transferência da concessão da UTE Piratininga para exploração pela Baixada Santista Energia S.A. – BSE (Nota 12).

Conforme exposto no item 1.2, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004 – ANEEL, firmado em 4 de dezembro de 2012, entre a União e a EMAE, nos termos da MP nº 579, prorrogou por 30 anos as seguintes concessões de geração de energia elétrica:

Usina Hidrelétrica	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos		Termo Final da Concessão
							Concessão	Prorrogação	
Rasgão*	22,000				2	Rio Tietê/Pirapora de Bom Jesus/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042
Henry Borden	889,000	2,460	7,864	10,130%	14	Rio das Pedras/Cubatão/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042
Porto Góes*	24,800				3	Rio Tietê/Salto/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042

\*Usinas não despachadas centralizadamente.

### 19.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A EMAE em decorrência de reestruturação realizada, com impacto na redução de custos e conseqüente melhora no fluxo de caixa esperado para os próximos anos, além das variações exógenas com impacto na taxa de desconto a ser utilizada, efetuou, por meio de consultoria especializada, estudos para avaliar a capacidade de recuperação de seus ativos registrados em suas operações futuras.

Os resultados obtidos no teste de impairment, no exercício de 2013, foram:

UGC	Ativos Líquidos ao Final de 2013	Testes de Recuperabilidades Anteriores	Valor dos Ativos Testados - A	Fluxo de Caixa Futuro - B	Ativos + VP Fl.Cx Futuro C=(A+B)
U. Complexo Henry Borden	247.501	(137.785)	109.716	151.619	41.903
U. Rasgão	20.996	(22.452)	(1.456)	(23.106)	
U. Porto Góes	3.628	(3.968)	(340)	(2.139)	
U. Usina Vale	2.239	(2.373)	(134)	(4.959)	
<b>TOTAL</b>	<b>274.364</b>	<b>(166.578)</b>	<b>107.786</b>	<b>121.415</b>	<b>41.903</b>

As unidades geradoras de caixa Rasgão, Porto Góes e Usina Vale tiveram a totalidade de seus ativos considerados como não recuperáveis com base nos testes realizados nos exercícios de 2011 e 2012. Assim, houve a reversão de R\$ 41.903 referente a Unidade geradora de caixa Henry Borden em 31 de dezembro de 2013..

## Notas Explicativas

Os principais pontos considerados para o resultado apresentado são:

- As receitas esperadas das UGC's Rasgão, Porto Góes e Complexo Henry Borden em valor constante até 2042, de acordo com estabelecido no contrato de concessão;
- Receitas do arrendamento da Usina Termoelétrica de Piratininga e de prestação de serviços de Operação e Manutenção das Termoelétricas para a Baixada Santista Energia S.A.- BSE até o ano de 2024;
- Os custos, refletindo ações administrativas efetuadas em 2013 e em andamento, foram mantidos constantes, com exceção de ajustes decorrentes da diminuição ainda a ocorrer na folha de pagamento por aposentadorias, da redução de custos a partir de 2025 referente ao término do contrato de arrendamento e de serviços prestados à BSE e de reduções adicionais esperados de 4% dos custos para os anos de 2014 e 2015;
- Ativos testados estão líquidos dos valores passíveis de ressarcimento pelo Poder Concedente;
- Taxa de desconto de 6,32%, obtido do custo médio ponderado de capital real contemplando o recente aumento na taxa livre de risco.

### 20. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS – FOLHA DE PAGAMENTO

	Controladora e Consolidado	
	30.06.14	31.12.13
<b>Circulante</b>		
Folha de pagamento.....	4.228	4.164
Provisão de férias, 13º salário e gratificação de férias.....	7.451	6.096
Encargos sociais sobre férias e 13º salário.....	2.836	4.894
	<u>14.515</u>	<u>15.154</u>

### 21. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.14	31.12.13	30.06.14	31.12.13
<b>Circulante</b>				
COFINS s/ receitas.....	882	770	882	770
PIS s/ receitas.....	191	167	191	167
ICMS s/ receita de fornecimento de energia.....	302	298	302	298
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	1.584	1.930	1.584	1.930
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher (1).....	-	-	16	61
IPTU - REFIS (2).....	90	90	90	90
ISS.....	-	-	172	15
Outros.....	971	823	1.150	909
	<u>4.020</u>	<u>4.078</u>	<u>4.387</u>	<u>4.240</u>
<b>Não circulante</b>				
IPTU - REFIS (2).....	82	126	82	126
	<u>82</u>	<u>126</u>	<u>82</u>	<u>126</u>
	<u>4.102</u>	<u>4.204</u>	<u>4.469</u>	<u>4.366</u>

(1) Refere-se a saldo de imposto de renda e contribuição social contabilizados em dezembro 2013 e junho de 2014 e pagos em janeiro e julho de 2014 respectivamente;

(2) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Rio Grande da Serra, com amortização em 100 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2008;

## Notas Explicativas

### 22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 8 de março de 2012 a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000. Tal valor representa 80% do investimento para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Até o período findo em 30 de junho de 2014 foi recebido o montante de R\$ 87.815 correspondente a 90% do total a receber. Em 30 de junho de 2014, o valor total atualizado do financiamento era de R\$ 92.848, sendo R\$ 4.352 classificados como passivo de curto prazo e R\$ 88.496 como passivo não circulante (R\$ 67.815 em 31 de dezembro de 2013).

O vencimento será em 15/09/2030, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.

O contrato contém cláusulas de *covenants* qualitativos e quantitativos. Em 30 de junho de 2014, a Companhia atendeu plenamente os *covenants qualitativos*

Os *covenants* quantitativos serão calculados anualmente a partir de 31 de dezembro de 2014, conforme previsto no contrato de financiamento da controlada Pirapora Energia S.A. Anualmente, a controlada precisa apresentar os seguintes índices ao BNDES:

#### 1) ICSD – Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

A controlada deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICSD de, no mínimo 1,20 a ser calculado conforme demonstrado abaixo:

##### A) GERAÇÃO DE CAIXA DA ATIVIDADE NO ARef

(+) EBITDA do ARef, calculado de acordo com o item (D)

(-) Despesa de imposto de renda e contribuição social apurado no exercício, líquidos de diferimento.

##### B) SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef

(+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Amortização de Principal realizada no ARef exceto referente ao “Subcrédito Social”

(+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Juros no ARef exceto os referentes ao “Subcrédito Social”.

##### C) ÍNDICE DE COBERTURA NO SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef

(A) / (B)

##### D) EBITDA DO ARef

(+) Lucro Bruto

(-) Despesas Administrativas e Comerciais

(+) Despesas de depreciações, amortizações e exaustão

#### 2) ICP – Índice de Capitalização Próprio

A controlada deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICP de, igual ou superior a 30%, definido como a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total.

## Notas Explicativas

### 23. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

Credor	Objeto	Controladora e consolidado			
		30.06.14		31.12.13	
		Circulante	Não circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS.....	26.021	124.498	150.519	155.024
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	-	(105.329)	(105.329)	(105.328)
		<u>26.021</u>	<u>19.169</u>	<u>45.190</u>	<u>49.696</u>

A movimentação dos saldos de entidade de previdência a empregados em 30 de junho de 2014 está representada por:

	Controladora e consolidado				
	31.12.13	30.06.14			
		Amortização	Despesa	CPC 33 (R1)	Saldo
Entidade de previdência a empregados.....	49.696	(15.300)	2.903	7.891	45.190

	Controladora e Consolidado	
	30.06.14	30.06.13
<b>No resultado:</b>		
Plano BSPS.....	(1.994)	(5.415)
Plano BD.....	(909)	(2.309)
Plano CV.....	-	(165)
	<u>(2.903)</u>	<u>(7.889)</u>

#### 23.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldamento do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a Companhia oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo

## Notas Explicativas

participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

### 23.2 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possui cláusula variável, conforme segue:

#### a) Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “Benefício Suplementar Proporcional Saldado” - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.

Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

Em 30 de junho de 2014, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o valor do passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19, é decorrente da diferença de metodologias e premissas utilizadas entre a EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

## 24. TAXAS REGULAMENTARES

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30.06.14</b>	<b>31.12.13</b>
<b>Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de quotas - 2010 (1).....	85	597
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	597	1.639
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	25	25
Quota para P&D - FNDCT (3).....	87	121
Quota para P&D - EPE (3).....	43	61
P&D - Recursos para projetos (3).....	6.215	7.086
	<u>7.052</u>	<u>9.529</u>
<b>Não circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de quotas - 2011 (2).....	769	769
	<u>7.821</u>	<u>10.298</u>

(1) Conforme despacho ANEEL nº 504 de 10 de fevereiro de 2012, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2012, com término em janeiro de 2013;

## Notas Explicativas

- (2) Diferença de recolhimentos de 2011, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL;
- (3) Referem-se ao saldo das quotas de P&D – Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Companhia em 2011, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, bem como saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

### 25. DEPÓSITOS VINCULADOS

O saldo apresentado em 30 de junho de 2014 de R\$ 34.788 (R\$ 19.803 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao repasse do Governo do Estado para execução dos serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros, para atenuar o risco de cheias e para construção da Ciclovia Pomar Urbano. Conforme explicado na nota explicativa nº 8.

### 26. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<u>30.06.14</u>	<u>31.12.13</u>
<b>Não circulante</b>		
Compromissos socioambientais.....	17.825	17.825

Constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA. Veja maiores detalhes na nota explicativa nº 27.

### 27. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

	<b>Controladora e Consolidado</b>				
	<u>31.12.13</u>	<u>30.06.14</u>			<u>Saldo</u>
	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento	Saldo
<b>Não circulante</b>					
Trabalhistas					
Periculosidade.....	18.241	840	-	-	19.081
Diversas.....	11.748	842	(2.124)	-	10.466
	<u>29.989</u>	<u>1.682</u>	<u>(2.124)</u>	<u>-</u>	<u>29.547</u>
Cíveis.....	4.982	14.702	(5.395)	-	14.289
	<u>4.982</u>	<u>14.702</u>	<u>(5.395)</u>	<u>-</u>	<u>14.289</u>
	<u>34.971</u>	<u>16.384</u>	<u>(7.519)</u>	<u>-</u>	<u>43.836</u>

**Periculosidade** – Contingência de processo trabalhista – periculosidade, ajuizado pelos empregados através do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em 07 de julho de 1999.

## Notas Explicativas

Ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários, como substituto processual, na data de 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo registrado sob o nº 01767006319995020039 – 39ª Vara, tendo, por objeto, a condenação da Companhia ao pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos 1008 (hum mil e oito) empregados, então existentes nos quadros da Companhia. A ação fora julgada procedente apenas para 104 empregados do quadro da Companhia. Da referida decisão, foram interpostos Recursos Ordinários pela Companhia e pelo Sindicato autor, tendo sido, porém, mantida a decisão de origem pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Foi interposto recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, encontrando-se o processo ainda pendente de julgamento de recurso de Agravo de Instrumento. A execução da condenação, conforme determinado em sentença, deverá ser realizada por meio de “liquidação por artigos”, que exigirá a realização de perícia complementar, ainda sem data designada. O valor patrimonial da mencionada condenação é de R\$ 19.081, sendo, a referida ação, classificada como perda provável pelos nossos assessores jurídicos.

**Diversas** – Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

**Cíveis** – Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial.

Em 2014, a Companhia reconheceu provisão referente ao processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Distribuída a ação visando afastar a obrigatoriedade do Despacho nº 288/2002 da ANEEL, foi deferida a liminar para a ANEEL abster-se de impor à AES SUL os efeitos com relação ao desfazimento do balanço financeiro, determinando ainda, que fosse diligenciado junto ao MAE, a fim de comunicar a contabilização, em seu favor, do resultado da exposição positiva verificada no balanço financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2001. Posteriormente a liminar foi revogada e os autos redistribuídos ao Juízo da 15ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, que, em 25 de outubro de 2002, restabeleceu os efeitos da tutela antecipada, decisão objeto de agravo de instrumento interposto pela ANEEL, ao qual foi negado provimento. Em 10 de outubro de 2008, para cumprimento da liminar deferindo a antecipação de tutela, foi determinada a expedição de mandado de intimação para que as demais operadoras do sistema de energia elétrica despendessem a quantia exigida ainda que não fossem partes na demanda. Após inúmeros incidentes processuais, foi reconsiderada em parte a antecipação de tutela concedida para tornar sem efeito, no tocante à imposição à ANEEL da obrigação de contabilizar em favor da AES SUL o resultado da exposição positiva verificada no balanço financeiro do exercício findo de 31 de dezembro de 2001, afastando a obrigação de as litisconsortes passivas necessárias depositarem os valores constantes do mapa juntado aos autos. Em 25 de novembro de 2009, foi protocolada contestação, pela EMAE e, em 08 de março de 2010, foi protocolada petição requerendo o julgamento antecipado da lide.

Em 1º de julho de 2011, foi publicada decisão: “A decisão de fl. 7032 foi proferida em razão da inspeção ordinária e por tratar-se de feito da Meta-2, e, ainda, pela ausência, por noventa (90) dias, do eminente juiz substituto. Não há, na capa dos autos, anotação do impedimento do juiz titular, por isso que, inadvertidamente, foi proferida a referida decisão, que ora revogo.(...)”

Em 09 de dezembro de 2011, foi publicado o seguinte despacho: “Indefiro a produção da prova testemunhal... Defiro a prova documental e indefiro a prova pericial... Defiro a prova documental suplementar...”

## Notas Explicativas

Em 05 de abril de 2012, foi protocolada petição informando que não há novas provas a serem produzidas.

Em 28 de junho de 2012, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico sentença julgando improcedentes os pedidos, ensejando a interposição de recurso de apelação pela Aneel.

Em 31 de agosto de 2012, foi protocolada, pela EMAE, contrarrazões ao recurso de apelação.

Em 09 de abril de 2014, foi publicado acórdão dando provimento ao recurso de apelação da AES Sul, essa decisão em segunda instância fez a Companhia e seus assessores jurídicos revisarem a estimativa em relação a probabilidade de perda do processo, que passou a ser considerada como perda provável em 30 de junho de 2014.

**Depósitos judiciais** – A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Em atendimento ao Pronunciamento CPC 25, os depósitos judiciais relacionados a determinadas provisões trabalhistas estão apresentados em conta do ativo não circulante.

Os riscos trabalhistas e cíveis em 30 de junho de 2014, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro, como demonstrado a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado					
	Provável		Possível		Remota	
	30.06.14	31.12.13	30.06.14	31.12.13	30.06.14	31.12.13
Administrativo.....	-	-	337	326	7	2.402
Ambiental.....	-	-	46.584	-	-	-
Cível.....	14.289	4.982	11.412	22.994	2.410	5.059
Trabalhista.....	29.547	29.989	8.842	10.701	27.371	23.937
Tributária.....	-	-	-	-	615	812
	<u>43.836</u>	<u>34.971</u>	<u>67.175</u>	<u>34.021</u>	<u>30.403</u>	<u>32.210</u>

### Contingências Possíveis

#### Ambiental

Referente a obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, em função de prazo adicional de 24 meses concedido pelo Ministério Público.

As partes até então litigantes, em 27 de junho de 2007, se compuseram amigavelmente objetivando viabilizar a elaboração de EIA/RIMA para que, uma vez aprovado, tornasse possível a implantação do sistema de tratamento por flotação de águas do Canal Pinheiros para despoluição de 50m<sup>3</sup>/s e posterior bombeamento para o reservatório Billings. Em razão do acordo celebrado entre as partes, a Egrégia Câmara Especializada do Meio Ambiente, em 30 de julho de 2007, homologou a transação realizada pelas partes, para que produzisse seus regulares efeitos.

## Notas Explicativas

Contudo, através de petição protocolada em 12 de abril de 2012, o Ministério Público requereu o cumprimento de sentença em face da Companhia, consubstanciado em (i) pagamento de multa diária totalizada no importe de R\$ 32.833 e (ii) desmobilização das instalações implantadas e restituição das áreas ao estado anterior.

Intimada, após prazo estabelecido pelo juiz, a Companhia comprovou a desmobilização das instalações, bem como requereu, em 10 de dezembro de 2012, a dilação de prazo de 24 meses para remoção do lodo advindo da flotação, prazo esse deferido. Em 31 de março de 2013, a Companhia reavaliou a estimativa de perda do referido processo e passou a avaliar esse processo com probabilidade de perda possível para o desembolso da multa no montante de R\$ 32.833. Em 31 de março de 2013, a Companhia reverteu a provisão referente ao processo em decorrência da mudança da estimativa da probabilidade de perda de provável para possível.

Em 1º de julho de 2014, foi publicado despacho determinando que a Companhia apresente em 60 dias a realização de inspeções periódicas dos atos praticados no cumprimento do acordo (prazo em andamento aguardando cumprimento pela Companhia).

### **Trabalhista e Cível**

Entre os processos avaliados como de risco possível, o montante mais relevante refere-se à processos de natureza trabalhistas que caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

## **28. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

Refere-se aos recursos derivados da Reserva Global para Reversão e Amortização constituída até 31 de dezembro de 1971, nos termos do Regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957), aplicados até aquela data na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre este saldo são calculados juros sobre RGR (Nota 31).

## **29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

### **29.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP**

Em 30 de junho de 2014 a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 626 (R\$ 644 em 31 de dezembro de 2013) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

### **29.2 Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações – DAEE**

Em 30 de junho de 2014 a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 1.288.

### **29.3 Compra de energia elétrica da CESP**

Em 17 de janeiro de 2013, para cumprir compromissos firmados com consumidores livres e comercializadores de energia, a Companhia realizou leilão de compra de 80 MW médios de energia elétrica durante o ano de 2013. A CESP foi contratada pelo preço de R\$ 134,00 / MWh. (R\$ 84.513).

### **29.4 Captações de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings**

A Companhia é sucessora da Light, Companhia responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Guarapiranga e Billings,

## Notas Explicativas

ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica.

A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928 e 1944, respectivamente, autorizadas pelo Decreto Estadual nº 4.487/28 e pelo Decreto Federal nº 15.696/44. Em 1958 foi celebrado um Termo de Acordo entre Light e o então Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, antecessora da SABESP, elevando a vazão captada e prevendo as formas de compensação à Companhia de energia decorrentes da perda energética. O Termo de Acordo estabelecia, também, que eventuais divergências entre as partes deveriam ser submetidas à arbitragem. Posteriormente, por outros instrumentos legais, as vazões captadas foram sendo sucessivamente aumentadas, sempre condicionadas, porém, à devida compensação financeira.

No mesmo sentido segue a regulamentação da indústria hidroelétrica. Tanto o Código de Águas (Decreto Federal nº 24.643/34), como os Serviços de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019/57), obriga o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios para a finalidade de abastecimento, mediante ressarcimento à concessionária de serviços públicos de geração de energia.

Nesse sentido, várias tentativas de cobrança foram realizadas pela Companhia ao longo dos últimos anos visando ao estabelecimento de acordo administrativo junto à Companhia de abastecimento público de água para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden, da ordem de 101 MW médios, causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Em 02/12/2010, devido ao impasse com a SABESP relacionado a esses fatos, a Companhia solicitou à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo o encaminhamento do assunto para a análise do CODEC – Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo, o qual, em sua manifestação, entendeu que a controvérsia poderia ser objeto de arbitragem, por envolver direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei 9.307, de 23/09/1996.

Na 244ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22/03/2012, deliberou-se pela notificação do Conselho de Administração da SABESP, por meio de seu Presidente, para que o referido impasse fosse submetido à arbitragem ou outro meio legítimo de solução entre as partes.

Em 16/04/2012, o Presidente do Conselho de Administração da Companhia encaminhou a notificação ao Presidente do Conselho de Administração da SABESP solicitando aos membros deste Conselho a deliberação sobre o assunto visando ou a celebração de Acordo para o ressarcimento das retiradas de água ou a submissão da questão a árbitros nomeados com a finalidade de apresentar a solução do impasse, concedendo o prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta, a partir do qual a notificante estaria liberada para tomar as medidas que entendesse cabíveis a tal desiderato.

Em 21/05/2012, a Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – SABESP contra notificou a Companhia alegando, em síntese, que (a) as retiradas de águas dos reservatórios pertencentes à Companhia estariam sustentadas em outorgadas deferidas pelo Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo – DAEE; (b) a legislação brasileira prestigiou o abastecimento público; (c) a regulação do setor de energia é flexível no tocante a tais retiradas; (d) a criação da EMAE se deu em regime de restrição ao bombeamento de água para o reservatório Billings, (e) as ações da Companhia na Bolsa de Valores já refletem tais restrições, o que afastaria o fundamento jurídico apontado por acionistas dessa Companhia em reclamação apresentada à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e, por fim, que (f) os pedidos de ressarcimento da Companhia não procederiam, uma vez que as captações são realizadas dentro dos limites das outorgas conferidas pelo DAEE.

## Notas Explicativas

Diante da persistência do impasse caracterizada pela frustração da última tentativa administrativa de sua solução amigável, a Companhia propôs a medida cautelar de protesto interruptivo da prescrição em face da SABESP e do DAEE, referente à compensação financeira pela captação de água, distribuída à 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital do Estado de São Paulo, sob o nº 0046292-64.2012.8.26.0053; e medida semelhante em face da SABESP e do Estado de São Paulo, no que se refere à interrupção do bombeamento, distribuída à 5ª Vara da Fazenda Pública, sob o nº 0046291-79.2012.8.26.0053.

Em 14/11/2012, a Companhia propôs a ação de instituição de compromisso arbitral, com fundamento em Termo de Acordo celebrado com o ente antecessor da SABESP para tratar da compensação relacionada às captações realizadas no Reservatório Guarapiranga, a qual foi distribuída à 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, sob o nº 0064069-18.2012.8.26.0100.

Em 28/02/2013, foi publicada sentença julgando procedente o pedido da Companhia e determinando providências para o imediato início da arbitragem, quais sejam a nomeação do árbitro que julgaria o procedimento arbitral a ser instaurado (Sr. Oreste Nestor de Souza Laspro) e indicando as regras de procedimento e remuneração de árbitro previstas no Estatuto do Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio para o Brasil – São Paulo (“AMCHAM”). Contra a sentença, a SABESP interpôs recurso de apelação, recebido apenas no efeito devolutivo.

Em 07/03/2013, a Companhia recolheu a taxa de registro do pedido de arbitragem para apresentar o requerimento de instauração da arbitragem perante a AMCHAM e manifestar-se favoravelmente em relação ao árbitro indicado nos termos da sentença proferida na ação que moveu contra a SABESP.

Em 30/04/2013, a Companhia apresentou requerimento de instituição de arbitragem junto ao Centro de Arbitragem AMCHAM (“Procedimento Arbitral”).

Em 04/07/2013, a 38ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, por seu relator, deferiu o pedido de efeito suspensivo até o julgamento definitivo do recurso de Agravo de Instrumento nº 0129811-62.2013.8.26.0000, interposto pela Sabesp contra a decisão que havia recebido apenas no efeito devolutivo seu recurso de apelação interposto contra a sentença da ação de instituição de compromisso arbitral.

Em 31/07/2013, a AMCHAM comunicou a Companhia da suspensão do Procedimento Arbitral até a publicação da decisão final do Agravo de Instrumento interposto pela SABESP para dar efeito suspensivo à apelação da ação de instituição de compromisso arbitral.

Em 04/09/2013, a Companhia protocolizou a petição inicial da ação judicial visando a compensação das perdas financeiras relacionadas às retiradas de água pela SABESP do reservatório Billings (“Ação Billings”), autuada sob o nº 1064876-84.2013.8.26.0100 e distribuída à 6ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo – SP.

Em 07/10/2013, foi publicada decisão em que o Juízo da 6ª Vara Cível do Foro Central determinou a remessa dos autos da Ação Billings para a 5ª Vara Cível daquele mesmo foro, por entender haver identidade de partes e causa de pedir com o processo nº 0064069-18.2012.8.26.0100, em trâmite perante a 5ª Vara Cível daquele mesmo Foro.

Em 09/10/2013, a Sabesp protocolizou sua contestação nos autos da Ação Billings.

Em 15/10/2013, a Sabesp interpôs o Agravo de Instrumento nº 2034038-53.2013.8.26.0000, distribuído à 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, contra a decisão que determinou a remessa dos autos da Ação Billings à 5ª Vara Cível do Foro Central.

## Notas Explicativas

Em 18/10/2013, a 36ª Câmara de Direito Privado, por seu relator, proferiu decisão suspendendo a decisão da 6ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo até o julgamento final do Agravo de Instrumento nº 2034038-53.2013.8.26.0000.

Em 23/10/2013, a 38ª Câmara de Direito Privado negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela SABESP para dar efeito suspensivo à apelação da ação de instituição de compromisso arbitral, de modo a permitir o prosseguimento do Procedimento Arbitral.

Em 26/11/2013, a Sabesp interpôs recurso especial contra o acórdão que negou provimento ao agravo de instrumento para dar efeito suspensivo à apelação da ação de instituição de compromisso arbitral.

Em 12/12/2013, a 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela SABESP contra a decisão que determinou a redistribuição dos autos da Ação de Billings para a 5ª Vara Cível.

Em 13/05/2014, foi proferida decisão negando seguimento ao recurso especial interposto pela Sabesp contra o acórdão que negou provimento ao agravo de instrumento para dar efeito suspensivo à apelação da ação de instituição de compromisso arbitral.

Em 16/07/2014, foi publicada decisão indeferindo o pedido de antecipação de tutela parcial realizado pela Companhia nos autos da Ação Billings (relacionado ao rateio imediato dos custos de operação e manutenção do Reservatório Guarapiranga) e determinando que a Companhia apresentasse réplica à contestação da SABESP.

Em 28/07/2014, apresentada réplica da Companhia nos autos da Ação Billings.

Em razão do dever de sigilo a que se submetem as partes no Procedimento Arbitral, não puderam ser informados os andamentos do referido procedimento, que ainda aguarda julgamento. Aguarda-se, também, o prosseguimento da Ação Billings, com a eventual determinação de nova data de audiência para designação da perícia ou a intimação das partes para especificarem as provas a serem produzidas.

### 29.5 Remuneração do pessoal chave da administração

A Companhia possui partes relacionadas com as seguintes entidades: CESP – Companhia Energética de São Paulo; DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica; e SABESP – Serviço de Abastecimento do Estado de São Paulo, das quais, da administração, vinculam-se as seguintes pessoas chaves:

Categoria da Remuneração	Partes Relacionadas	
	CESP	DAEE
Benefícios de curto prazo.....	62	160
Benefícios pós-emprego.....	N.A.	N.A.
Outros benefícios de longo prazo.....	N.A.	N.A.
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho.....	N.A.	N.A.
Remuneração baseada em ações.....	N.A.	N.A.

Obs.: N.A. (não aplicável)

## 30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 30.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os principais acionistas em 30 de junho de 2014 são:

## Notas Explicativas

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
<b>Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:</b>						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.757.438</u>	<u>39,94</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S/A.						
ELETOBRÁS.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Álvaro Luiz A. de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.264.433	10,18	2.264.433	6,13
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETROPAR - ELETROBRAS PART. S/A.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	513.000	2,31	513.000	1,39
Outros.....	-	-	2.783.662	12,51	2.783.662	7,53
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

### 30.2 Direitos das Ações

Do lucro líquido ajustado na forma da lei, será distribuído um dividendo de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos de 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

As ações preferenciais tem:

- prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;
- direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; e
- direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da assembléia geral.

### 30.3 Lucro (Prejuízo) por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros (prejuízos) por ação para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e consolidado			
	Acumulado		2º Trimestre	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício .....	R\$ (4.604)	R\$ 28.073	R\$ 12.551	R\$ 10.716
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714	22.241.714	22.241.714
<b>Total.....</b>	<u>36.947.084</u>	<u>36.947.084</u>	<u>36.947.084</u>	<u>36.947.084</u>
<b>Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído</b>				
Ação Ordinária.....	R\$ (0,11753)	R\$ 0,71666	R\$ 0,32042	R\$ 0,27356
Ação Preferencial.....	R\$ (0,12928)	R\$ 0,78832	R\$ 0,35246	R\$ 0,30091

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na

## Notas Explicativas

apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

### 31. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

#### 31.1 Conciliação da receita operacional líquida para os trimestres findos em 30 de Junho

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>		
Fornecimento de energia.....	5.214	4.666
Cotas de energia elétrica.....	28.833	29.481
Suprimento de energia - comercializadores.....	-	14.386
Energia de curto prazo - CCEE.....	2.497	1.117
Renda da prestação de serviços.....	3.715	7.390
Outras receitas.....	571	390
	<u>40.830</u>	<u>57.430</u>
<b>DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL</b>		
COFINS sobre receitas operacionais.....	(5.689)	(6.835)
PIS sobre receitas operacionais.....	(1.235)	(1.483)
ICMS sobre receitas operacionais.....	-	-
Imposto sobre serviços - ISS.....	(80)	(370)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(335)	(482)
	<u>(7.339)</u>	<u>(9.170)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....</b>	<u>33.491</u>	<u>48.260</u>

#### 31.2 Conciliação da receita operacional líquida para os semestres findos em 30 de Junho

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>		
Fornecimento de energia.....	10.285	9.589
Cotas de energia elétrica.....	59.522	58.068
Suprimento de energia - comercializadores.....	-	28.621
Energia de curto prazo - CCEE.....	3.250	1.318
Renda da prestação de serviços.....	7.908	11.777
Outras receitas.....	732	1.430
	<u>81.697</u>	<u>110.803</u>
<b>DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL</b>		
COFINS sobre receitas operacionais.....	(8.760)	(10.882)
PIS sobre receitas operacionais.....	(1.902)	(2.362)
ICMS sobre receitas operacionais.....	-	(73)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(120)	(589)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(702)	(948)
	<u>(11.484)</u>	<u>(14.854)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....</b>	<u>70.213</u>	<u>95.949</u>

## Notas Explicativas

### 31.3 Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência e Atualização de Tarifas

A partir de janeiro de 2013, toda garantia física e potência das usinas da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às distribuidoras de energia elétrica, em decorrência das alterações introduzidas no modelo setorial por meio da Medida Provisória – MP 579/2012, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, e de legislações e regulamentações posteriores. A remuneração pela alocação da disponibilidade total de cada usina passou a ser por tarifa, vinculada a Receita Anual de Geração – RAG estabelecida por usina, e que agrega os encargos setoriais e tributos.

Os correspondentes Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência, a serem firmados com todas as Distribuidoras e conforme aditivo ao Contrato de Concessão, firmado em 4/12/2012, serão reajustados pelo IPCA, anualmente no dia 1º de julho e a tarifa passará por revisões a cada 5 anos, conforme regulamentação específica a ser definida pela ANEEL.

### 31.4 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL

No trimestre findo em 30 de junho de 2014 o fornecimento para consumidores livres resultou em um faturamento de R\$ 5.214 (R\$ 4.666 no mesmo período em 2013). Para garantir tais contratos foi promovido leilões de compra de energia elétrica, sendo que para este ano, a energia objeto da venda vem sendo adquirida da BOLT Serviços e Comercialização de Energia Ltda.

### 31.5 Energia Elétrica Vendida para os trimestres findos em 30 de Junho

	Controladora e Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil	
	2014	2013	2014	2013
<b>Fornecimento (1)</b>				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	26.339	51.228	5.214	4.666
<b>Cotas de Garantia Física</b>				
Cotas de energia elétrica.....	316.225	319.009	28.833	29.481
<b>Suprimento</b>				
Agentes comercializadores.....	-	120.628	-	14.386
<b>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)</b>				
Energia de curto prazo.....	-	-	2.497	1.117
<b>Total.....</b>	<b>342.564</b>	<b>490.865</b>	<b>36.544</b>	<b>49.650</b>

### 31.6 Energia Elétrica Vendida para os semestres findos em 30 de Junho

	Controladora e Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil	
	2014	2013	2014	2013
<b>Fornecimento (1)</b>				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	52.057	51.228	10.285	9.589
<b>Cotas de Garantia Física</b>				
Cotas de energia elétrica.....	646.587	647.135	59.522	58.068
<b>Suprimento</b>				
Agentes comercializadores.....	-	291.115	-	28.621
<b>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)</b>				
Energia de curto prazo.....	-	-	3.250	1.318
<b>Total.....</b>	<b>698.644</b>	<b>989.478</b>	<b>73.057</b>	<b>97.596</b>

## Notas Explicativas

- (1) Classificam-se como “fornecimento” as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados “bilaterais”, estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste;
- (2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Em 2008 inclui principalmente, o despacho da Usina Termoelétrica Piratininga pelo ONS, por questões de segurança energética.

### 31.7 Renda da prestação de serviços para os trimestres findos em 30 de Junho

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
DAEE (Barragem Móvel Penha).....	-	-
Petrobras (UTE's).....	3.514	7.025
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	-	343
Outros serviços.....	201	22
	<u>3.715</u>	<u>7.390</u>

### 31.8 Renda da prestação de serviços para os semestres findos em 30 de Junho

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
DAEE (Barragem Móvel Penha).....	-	145
Petrobras (UTE's).....	6.815	10.708
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	-	879
Outros serviços.....	1.093	45
	<u>7.908</u>	<u>11.777</u>

## Notas Explicativas

## 32. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

32.1 Para os trimestres findos em 30 de Junho

Controladora

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	2º Trimestre 2014	2º Trimestre 2013	2º Trimestre 2014	2º Trimestre 2013	2º Trimestre 2014	2º Trimestre 2013	2º Trimestre 2014	2º Trimestre 2013
Energia elétrica comprada para revenda.....	(3.278)	(23.670)	-	-	-	-	(3.278)	(23.670)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(800)	(749)	-	-	-	-	(800)	(749)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(932)	(1.068)	-	-	-	-	(932)	(1.068)
Pessoal.....	(22.666)	(25.773)	(148)	(530)	-	-	(22.814)	(26.303)
Material.....	(1.049)	(1.665)	-	-	-	-	(1.049)	(1.665)
Serviço de terceiros.....	(9.998)	(10.375)	-	-	-	-	(9.998)	(10.375)
Depreciação.....	(5.370)	(5.010)	-	-	-	-	(5.370)	(5.010)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(1.242)	(560)	-	-	-	-	(1.242)	(560)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários...	7.519	2.827	-	-	-	-	7.519	2.827
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(911)	(840)	-	-	-	-	(911)	(840)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	146	-	146	-
Receita (Despesa) de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	(350)	227	(350)	227
Outras.....	328	1.472	-	-	(4)	1	324	1.473
<b>Total.....</b>	<b>(38.399)</b>	<b>(65.411)</b>	<b>(148)</b>	<b>(530)</b>	<b>(208)</b>	<b>228</b>	<b>(38.755)</b>	<b>(65.713)</b>

## Notas Explicativas

## 32.2 Para os trimestres findos em 30 de Junho

## Consolidado

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	Ajustado		Ajustado		Ajustado		Ajustado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda.....	(3.278)	(23.670)	-	-	-	-	(3.278)	(23.670)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(800)	(749)	-	-	-	-	(800)	(749)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(932)	(1.068)	-	-	-	-	(932)	(1.068)
Pessoal.....	(22.666)	(25.773)	(148)	(530)	-	-	(22.814)	(26.303)
Material.....	(1.049)	(1.665)	-	-	-	-	(1.049)	(1.665)
Serviço de terceiros.....	(10.005)	(10.383)	-	-	-	-	(10.005)	(10.383)
Depreciação.....	(5.370)	(5.010)	-	-	-	-	(5.370)	(5.010)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(1.242)	(560)	-	-	-	-	(1.242)	(560)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários...	7.519	2.827	-	-	-	-	7.519	2.827
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(911)	(840)	-	-	-	-	(911)	(840)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	146	-	146	-
Outras.....	319	1.462	-	-	(4)	1	315	1.463
<b>Total.....</b>	<b>(38.415)</b>	<b>(65.429)</b>	<b>(148)</b>	<b>(530)</b>	<b>142</b>	<b>1</b>	<b>(38.421)</b>	<b>(65.958)</b>

## Notas Explicativas

## 32.3 Para os semestres findos em 30 de Junho

## Controladora

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	Acumulado		Acumulado		Acumulado		Acumulado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda.....	(12.630)	(38.860)	-	-	-	-	(12.630)	(38.860)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.633)	(1.311)	-	-	-	-	(1.633)	(1.311)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(2.970)	(2.132)	-	-	-	-	(2.970)	(2.132)
Pessoal.....	(45.564)	(51.481)	(148)	(530)	-	-	(45.712)	(52.011)
Material.....	(1.785)	(2.473)	-	-	-	-	(1.785)	(2.473)
Serviço de terceiros.....	(19.863)	(18.474)	-	-	-	-	(19.863)	(18.474)
Depreciação.....	(10.626)	(10.018)	-	-	-	-	(10.626)	(10.018)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(16.384)	(6.314)	-	-	-	-	(16.384)	(6.314)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários....	7.519	35.660	-	-	-	-	7.519	35.660
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(1.988)	(3.702)	-	-	-	-	(1.988)	(3.702)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	1.376	-	1.376	-
Receita (Despesa) de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	(116)	363	(116)	363
Outras.....	(4.073)	589	-	-	(4)	29	(4,077)	618
<b>Total.....</b>	<b>(109.997)</b>	<b>(98.516)</b>	<b>(148)</b>	<b>(530)</b>	<b>1.256</b>	<b>392</b>	<b>(108.889)</b>	<b>(98.654)</b>

## Notas Explicativas

## 32.4 Para os semestres findos em 30 de Junho

## Consolidado

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	Ajustado		Ajustado		Ajustado		Ajustado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda.....	(12.630)	(38.860)	-	-	-	-	(12.630)	(38.860)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.633)	(1.311)	-	-	-	-	(1.633)	(1.311)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(2.970)	(2.132)	-	-	-	-	(2.970)	(2.132)
Pessoal.....	(45.564)	(51.481)	(148)	(530)	-	-	(45.712)	(52.011)
Material.....	(1.785)	(2.473)	-	-	-	-	(1.785)	(2.473)
Serviço de terceiros.....	(19.873)	(18.484)	-	-	-	-	(19.873)	(18.484)
Depreciação.....	(10.626)	(10.018)	-	-	-	-	(10.626)	(10.018)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(16.384)	(6.314)	-	-	-	-	(16.384)	(6.314)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários...	7.519	35.660	-	-	-	-	7.519	35.660
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(1.988)	(3.702)	-	-	-	-	(1.988)	(3.702)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	1.376	-	1.376	-
Outras.....	(4.086)	574	-	-	15	29	(4.071)	603
<b>Total.....</b>	<b>(110.020)</b>	<b>(98.541)</b>	<b>(148)</b>	<b>(530)</b>	<b>1.391</b>	<b>29</b>	<b>(108.777)</b>	<b>(99.042)</b>

## **Notas Explicativas**

### **Energia comprada para revenda**

Para atender aos compromissos firmados antes do novo regime de contratação de energia e potência estabelecido na prorrogação da concessão, com consumidores livres e comercializadores de energia elétrica, a Companhia adquiriu energia no mercado. Nos períodos findos em 30 de junho de 2013, a Companhia possuía compromissos com comercializadores e consumidores livres, os quais demandaram a compra de energia de aproximadamente 79 MW médios, contudo em 30 de junho de 2014, grande parcela desses contratos foram encerrados e a Companhia precisou adquirir apenas 12 MW médios para suprir seus compromissos com contratos bilaterais firmados antes da renovação da sua concessão em 2012.

### **Pessoal**

A redução de gastos com pessoal reflete a política de contenção de gastos da Companhia por meio de diminuição do quadro de pessoal efetuada ao longo do exercício de 2013 em conformidade com acordo coletivo vigente.

### **Reversão de Provisão**

No primeiro trimestre de 2013, foi efetuada a reversão de contingência passiva no valor de R\$ 32.833, referente a obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, veja maiores detalhes na nota explicativa nº 27.

## Notas Explicativas

### 33. RESULTADO FINANCEIRO

#### 33.1 Para os trimestres findos em 30 de Junho

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Receitas</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	1.662	1.509	1.329	1.863
Atualização de valores a receber - DAEE.....	581	750	581	750
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	7.101	7.466	7.101	7.466
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	28	1	28	1
Outras.....	339	-	339	-
	<u>9.711</u>	<u>9.726</u>	<u>9.378</u>	<u>10.080</u>
<b>Despesas</b>				
Juros .....	-	(206)	-	(206)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	(40)	(5)	(40)	(5)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(38)	(77)	(38)	(77)
Juros sobre RGR.....	(202)	(202)	(202)	(202)
Outras.....	-	-	-	(1)
	<u>(280)</u>	<u>(490)</u>	<u>(280)</u>	<u>(491)</u>
<b>Variações Monetárias</b>				
Variações monetárias ativas.....	979	1.491	979	1.491
Arrendamento UTE Piratininga.....	3.657	18.414	3.657	18.414
Variações monetárias passivas.....	(1.531)	-	(1.531)	-
	<u>3.105</u>	<u>19.905</u>	<u>3.105</u>	<u>19.905</u>
	<u>12.536</u>	<u>29.141</u>	<u>12.203</u>	<u>29.494</u>

#### 33.2 Para os semestres findos em 30 de Junho

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Receitas</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	3.433	2.879	3.433	3.437
Atualização de valores a receber - DAEE.....	1.087	1.724	1.087	1.724
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	14.046	14.766	14.046	14.766
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	70	3	70	3
Outras.....	360	26	360	26
	<u>18.996</u>	<u>19.398</u>	<u>18.996</u>	<u>19.956</u>
<b>Despesas</b>				
Juros .....	-	(460)	-	(460)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	(40)	(7)	(40)	(7)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(157)	(148)	(157)	(148)
Juros sobre RGR.....	(405)	(405)	(405)	(405)
Outras.....	-	(3)	-	(4)
	<u>(602)</u>	<u>(1.023)</u>	<u>(602)</u>	<u>(1.024)</u>
<b>Variações Monetárias</b>				
Variações monetárias ativas.....	8.611	2.911	8.611	2.911
Arrendamento UTE Piratininga.....	19.778	15.100	19.778	15.100
Variações monetárias passivas.....	(9.647)	(4.658)	(9.647)	(4.658)
	<u>18.742</u>	<u>13.353</u>	<u>18.742</u>	<u>13.353</u>
	<u>37.136</u>	<u>31.728</u>	<u>37.136</u>	<u>32.285</u>

Os valores de entidade de previdência a empregados referentes a 30 de junho de 2014 foram reclassificados para Variações Monetárias por se tratarem de atualizações sobre o saldo credor do plano previdenciário.

## Notas Explicativas

### 34. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1).....	09.04.2013	09.04.2015	2.500	218
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2).....	08.02.2013	08.08.2014	3.000	150
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3)..	28.11.2013	28.11.2014	324	2
			<u>5.824</u>	<u>370</u>

- (1) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia à terceiros;
- (2) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração;
- (3) Referem-se a seguro obrigatório para cobrir danos materiais e pessoais causados a terceiros pela operação das embarcações.

### 35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia e está totalmente comprometida por meio de cotas, com as Companhias concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

#### (a) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

#### (a.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

#### (a.2) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

Os grupo de contas sujeitos a esse risco são: Revendedores e Consumidores (nota 5); Valores a receber – Energia Livre (nota 6); Outros valores a receber – DAEE (nota 7); Serviços de canal do Rio Pinheiros (Nota 8); Alienação de bens e direitos (nota 9); Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 12); Outros créditos (Nota 13); Ativo financeiro da concessão (nota 17) e Ativo reversível da concessão (nota 18).

## Notas Explicativas

A Companhia efetuou a análise da realização desses ativos na nota explicativa nº 14.

### (a.3) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2014, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

### (a.4) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária, e em 30 de junho de 2014 estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos de taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras sofrer modificações de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente no prazo de um ano.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil – Indicadores Econômicos – Capítulo III Mercados financeiros e de capitais – Taxas de juros efetivas, de 16 de julho de 2014, com CDI overnight de 10,80% a.a.

I-CVM 475	Saldo 30.06.2014	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
CDI		10,80%	8,10%	5,40%
Controladora	62.971	6.801	5.101	3.400
Consolidado	76.866	8.302	6.226	4.151

A Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da Companhia, possui empréstimo contratado junto ao BNDES para financiamento da construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção do saldo devedor em 30 de junho de 2014, referente às parcelas já liberadas, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP atual de 5% a.a.

I-CVM 475	Saldo 30.06.2014	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
TJLP	5,00%	5,00%	6,25%	7,50%
Liberado pelo BNDES (87.815)	92.848	5.033	6.096	7.889

### (a.5) Risco de liquidez

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos e avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

## Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

<b>Consolidado</b>	<b>Menos de 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
Fornecedores	9.660	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (BNDES)	-	10.087	13.100	36.588	101.722
Dividendos e juros sobre capital próprio	87	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9.747</b>	<b>10.087</b>	<b>13.100</b>	<b>36.588</b>	<b>101.722</b>

### (a.6) Risco de aceleração de dívida

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômicos-financeiros e outros, veja maiores detalhes na nota explicativa nº 22. Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia estava em conformidade dos termos dos *covenants*.

### (a.7) Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico destas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência.

### (a.8) Risco de preço

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 (anos) e um reajuste tarifário anualmente em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Até 30 de junho de 2014, a tarifa vigente da Companhia estava conforme a resolução homologatória nº 1.572/2013, conforme demonstrado na nota explicativa nº 1.

Em 29 de julho de 2014, A ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 1.767 de 29 de julho de 2014, na qual homologou as receitas anuais de geração das usinas hidrelétricas em regime de cotas nos termos da Lei 12.783/2013 e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e de potência. As receitas definidas nesse instrumento estarão em vigor a partir de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	<b>REH 1.767/14</b>
Henry Borden	104.996
Porto Góes	4.599
Rasgão	3.133
	<b>112.728</b>

O reajuste homologado representa um aumento de aproximadamente 11% em relação a RAG anterior, o que reflete basicamente os custos da gestão dos ativos de geração (GAG) que de

## Notas Explicativas

acordo com a nota técnica 043/2014 da SRG/ANEEL, aumentou 11% em relação ao período anterior.

### 36. INFORMAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

#### a) Caixa e equivalente de caixa

A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa incluídos nas informações dos fluxos de caixa está detalhada na nota explicativa nº4.

#### b) Informações suplementares

	Controladora		Consolidado	
	30.06.14	30.06.13	30.06.14	30.06.13
Juros pagos.....	602	1.023	602	1.024
Juros recebidos.....	4.590	4.606	4.590	5.164
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	2.645	2.943	2.757	3.075

### 37. PIRAPORA ENERGIA S.A.

A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.. Abaixo, segue demonstrativos das informações financeiras da controlada:

	30.06.14	31.12.13
Ativo	137.509	97.073
Passivo	98.802	69.814
Patrimônio Líquido	38.707	27.259
Lucro (Prejuízo) do Período	(116)	975

Em atendimento a legislação vigente, informamos que a Companhia Pirapora Energia S.A. subsidiária integral da EMAE, obteve durante o período findo em 30 de junho de 2014 prejuízo de 116. Em 18 de junho de 2014 foi pago a EMAE um montante de R\$ 232 a título de dividendos, referentes ao ano calendário de 2013. Em atendimento aos itens 12 e 13 do CPC 20 (R1) os juros incorridos de empréstimo tomado junto ao banco BNDES foram capitalizados da seguinte forma:

	30.06.14
Despesa com juros	8.572
Receita de aplicação financeira	(1.033)
Valor capitalizado no imobilizado em curso	<u>7.539</u>

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Conselheiros e Acionistas da

EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfases

#### Ativo financeiro da concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 17, a Companhia possui contabilizado ativo financeiro indenizável em conformidade com o ICPC 01 – Contratos de concessão. Esse ativo financeiro, no montante de R\$ 55.411 mil em 30 de junho de 2014, representa investimentos realizados pela Companhia em infraestrutura de geração de energia após 31 de dezembro de 2012 e estão abarcados pela nova regulamentação de concessões de companhias de geração de energia, a Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme definido na legislação citada, os investimentos deverão ser recuperados a partir da próxima revisão tarifária no estabelecimento de uma nova Receita Anual de Geração (“RAG”). A Administração da Companhia avaliou que os investimentos foram realizados em caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL e, conseqüentemente, eventuais ajustes poderão ser necessários. A nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

#### Ativo reversível da concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 18, a Companhia mantém contabilizado ativos reversíveis, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem indenizados pelo poder concedente, após fiscalização e definição dos valores com base na VNR pela ANEEL, nos termos do com o art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL em 04 de junho de 2014 a relação de investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados na ordem de R\$ 296.216 mil a valor líquido contábil. A Administração da Companhia informa que até 30 de junho de 2014 não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados tampouco não há indicações de perdas de realização. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia. A nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

##### Demonstrações financeiras de períodos/exercício anteriores

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2013 preparados originalmente antes das reclassificações decorrentes da aplicação do ICPC 01 – Contratos de concessão, descritas na nota nº 3, e a revisão das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, relativas ao período findo em 30 de junho de 2013, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sem modificações, com data de 20 de março de 2014 e 13 de agosto de 2013, respectivamente. Como parte da nossa revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2014, revisamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente registrados, em todos os seus aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e nem sobre as demais informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre eles tomados em conjunto.

São Paulo, 13 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2